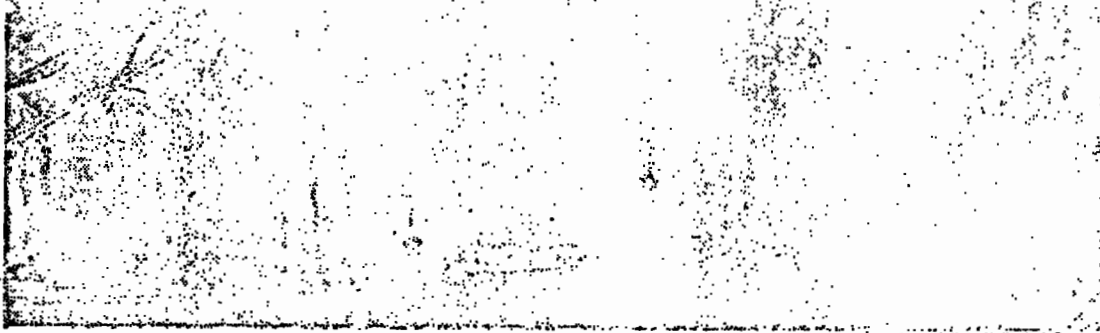


# MOÇAMBIQUE E AFRICA DO SUL VIRAM PAGINA DA HISTORIA

17/2/84 - A Capital

A importância histórica do acordo de paz ontem assinado, nas margens do Incomati, entre Moçambique e a África do Sul, justifica que publiquemos hoje os discursos do presidente Samora Machel e do primeiro-ministro Pieter W. Botha, e ainda o texto dos cinco artigos laboriosamente negociados nas últimas semanas. Da sua leitura depreende-se que os dois países pretendem virar uma página na história recente, deixando para o passado um tempo de conflito e guerra que afectou especialmente Moçambique, a parte mais fraca. A intenção manifestada pelos dois dirigentes permite encarar para a zona um futuro melhor, feito de estabilidade, paz e cooperação. Resta-nos desejar que a prática substitua o papel o mais rapidamente possível.



O Primeiro-Ministro sul-africano Pieter Botha ao usar da palavra, na presença de Samora Machel, após assinatura do acordo de N'komati

## «A GUERRA NÃO ERA

**SAMORA  
MACHEL**

## O MELHOR CAMINHO»

KOMATIPOORT, 17 — «Nós, povo moçambicano, queremos desmover relações amistosas com o povo sul-africano. Nenhum de nós, moçambicanos ou sul-africanos tem outra pátria», afirmou ontem o presidente Samora Machel ao assinar o pacto de N'Komati.

O presidente moçambicano reafirmou entretanto a fidelidade do seu país a «Conferência Coordenadora para o Desenvolvimento na África Austral», à «Organização da Unidade Africana» (O.U.A.) e à «Linha da Fronteira» — países que embora não se tenham pronunciado abertamente contra o facto de Moçambique assinar um acordo com a África do Sul mantêm uma atitude fria e distante.

Samora Machel começou por declarar que a assinatura deste acordo «representa um momento alto da história das relações entre os nossos dois estados» e da região.

Sublinhou que se trata de um «documento único» entre estados da África Austral, resultando isto não tanto nas diferenças que opõem os estados, mas sobretudo do processo da confrontação que se desenvolveu, gerando a consciência de que não era este o caminho que melhor servia o interesse dos nossos dois países.

Reiterando o princípio de não-agressão mútua contido no acordo de N'Komati, afirmou que os signatários se comprometem a criar «condições para, com honra e dignidade, vir instalar-se uma nova fase de estabilidade e segurança nas nossas fronteiras comuns».

«Não queremos que a África Austral e, em particular, os nossos dois países, sejam palco de um conflito generalizado», salientou o presidente moçambicano.

### «Coexistência pacífica e respeito mútuo»

Machel declarou que os dois países estão a lançar as bases «para romper definitivamente o ciclo da violência que se instalou nesta zona do continente».

Fez um paralelo entre «as pesadas heranças» recebidas pelos dois países e concluiu: «Somos um continente de sobreviventes. Sobrevivemos à escravidão, sobrevivemos às guerras de conquista, sobrevivemos à brutalidade da repressão quando quisemos ser donos dos nossos próprios destinos».

Lembrando que as concepções políticas, económicas e sociais «são grandes e muito antigas», mas «sabemos honradamente reconhecer as diferenças no duro e difícil caminho das negociações francas e abertas que nos conduziram a este acordo».

Continuaremos a estar conscientes das contradições que subsistem mas sabemos reconhecer que

estamos insuportavelmente ligados pela geografia e pela vizinhança», continuou Machel.

«A coexistência pacífica, o respeito mútuo, as relações de boa vizinhança são a única alternativa sensata, para que o nosso futuro se liberte do espectro da violência e destruição», disse Samora Machel.

Posteriormente, o presidente moçambicano lembrou que a «paz gera as condições para o progresso, o desenvolvimento económico e o bem-estar social», mas que hoje, depois de uma «longa época» de conflitos armados, há esperanças de que ela se possa tornar realidade.

«A perspectiva da paz abre possibilidades à valorização dos imensos recursos em que abunda a nossa região. Estes recursos devem prioritariamente ser explorados em benefício dos povos, salvaguardando sempre os interesses nacionais de cada Estado».

O presidente moçambicano defendeu que as relações económicas entre os dois Estados se desenvolvem «da uma forma sã e correcta».

Alimou a propósito: «Não podemos nem devemos ignorar que as nossas relações têm uma tradição histórica que valorizou a contiguidade geográfica entre os dois países. Mas devemos igualmente reconhecer que relações de dependência económica não são factor de estabilidade e progresso harmónico, e por isso o nosso Estado rejeita todo o tipo de relacionamento que possa limitar, por qualquer forma, a sua independência, ou torne-la economicamente dependente de um outro país».

Exortou a que se valorizem os recursos dos dois países de modo a que tragam «vantagens e benefícios» «recíprocos, numa base de igualdade» e comentou: «É neste contexto que o acordo de não agressão e boa vizinhança tem um papel importante a desempenhar, pois sem paz e tranquilidade não há desenvolvimento».

### «A nossa região terá de ser modelo de paz»

Machel afirmou: «Nós, povo moçambicano, queremos desenvolver relações amistosas com o povo sul-africano. Nenhum de nós, moçambicanos ou sul-africanos, tem outra pátria. Não somos estrangeiros anão no continente, as nossas pátrias».

«Temos de conviver na base do respeito mútuo, da liberdade, da igualdade, da justiça», comentou, antes de acrescentar: «Temos como objectivo que a nossa região se afirme como modelo de paz. Não queremos que a África Austral ou o nosso continente sejam a base de quaisquer conflitos armados. Não queremos, particularmente, ser detonadores de uma confrontação à escala mundial».

## «A PAZ TAMBÉM TEM

**PIETER  
BOTHÁ**

## O SEU PREÇO»

Lembra que a África Austral se confronta com problemas económicos, políticos e sociais «extremamente complexos», que podem resultar num conflito e que muitas vezes é difícil evitar que isso resulte numa espiral de confrontação e conflito.

«Nestas circunstâncias — acrescentou Botha — as verdadeiras questões são evitáveis — os factos desafortunados e as realidades duras escondidas sob o tapete, enquanto as nações travam, uma guerra ideológica de palavras e regem hostilmente entre si».

«Como Governo temos a obrigação de velar pelo bem estar e prosperidade dos nossos cidadãos, como nossa primeira prioridade», afirmou Botha, antes de afirmar:

«A África do Sul reconhece que tem a estabilidade, a força económica e a capacidade produtiva para apoiar os seus vizinhos na luta pelo objectivo da região de progresso e desenvolvimento, desde que os países envolvidos estejam preparados para prosseguir relações mútuas saudáveis».

### «As realidades juntaram-nos»

O primeiro-ministro sul-africano continuou: «O meu país ofereceu-se para assinar pactos de não agressão com todos os seus vizinhos que procuram esse objectivo e hoje, com a República Popular de Moçambique estamos a dar um importante passo nessa direcção».

«Botha considerou que os dois países, ao decidirem assinar o pacto de N'Komati optaram pela «estrada da paz».

«Sei que é uma estrada difícil, não sem riscos para nós: não podemos fugir ao facto de que a paz também tem o seu preço».

Defendeu que foram «as realidades económicas e geográficas das nossas regiões que nos juntaram e que serão a melhor garantia para o êxito e permanência deste acordo».

Mais adiante, Botha lembrou que os dois países podem, juntos, «formar uma aliança económica para negociar melhores preços nos mercados mundiais» para os minerais e matérias-primas de que dispõem.

«Somos ambos países africanos, habituados por povos africanos, cujo passado e futuro estão firmemente interligados na parte sul do continente africano. Somos de África. Compartilhamos um futuro comum nesta parte do mundo e uma responsabilidade comum para garantir que as gerações que nos seguirão, herdarão um mundo melhor», disse Botha.

O primeiro-ministro sul-africano concluiu o seu discurso afirmando:

«Pelo nosso encontro aqui, hoje, estamos a enviar uma mensagem ao mundo de que a África Austral sobreviverá e os seus filhos prosperarão e que Deus nos dê coragem e força para cumprirmos a nossa missão».

KOMATIPOORT, 17 — O primeiro-ministro sul-africano, Pieter Botha, condenou ontem a «guerra ideológica de palavras» que se trava actualmente entre várias nações do mundo.

Botha discursou na fronteira entre Moçambique e a África do Sul, na assinatura de um acordo de «não agressão e boa vizinhança» entre os dois países.

O primeiro-ministro sul-africano classificou este acordo como o início de «uma nova etapa na história da África Austral, acrescentando: «mostramos ao mundo a nossa contrição em que Estados com sistemas políticos e socio-económicos diferentes podem viver juntos em paz e harmonia, e trabalhar conjuntamente para alcançar interesses comuns».

Salientou o facto do acordo firmado hoje prever que cada país signatário «tem o direito de gerir os seus assuntos como entender e que relações internacionais, particularmente entre vizinhos, não devem ser perturbadas pelas diferenças em política interna».

Botha recordou que o seu país foi «um dos primeiros países em África, a enfrentar a ocupação colonial e a exploração estrangeira», acrescentando: «A nossa independência não aconteceu facilmente».

Lembra que nem Moçambique tinha traçado os limites dos seus territórios. «As nossas fronteiras foram arbitrariamente traçadas por outros, por pessoas que serviam os interesses das potências coloniais e tinham pouco em conta, quando tinham, o pensamento dos habitantes da região».

### «Um acto de fé»

Botha acrescentou que depois de «obtida a nossa independência, temos a obrigação de a usar para libertar também os nossos concidadãos das cadeias da pobreza, da ignorância e da fome».

Defendeu a necessidade dos dirigentes criarem urgentemente melhores condições de vida para os seus povos, de forma a quebrar o debilitante círculo da pobreza e «trabalhar para um futuro que ofereça perspectivas realistas para a paz e um melhor padrão de vida».

Adiantou que esta é a lógica e o objectivo do acordo de N'Komati, comentando «é um acto de fé por parte dos nossos dois Governos — é na promessa que damos de um clima de estabilidade e «estabilidade mútua, de que seremos capazes de centrar as nossas energias nos problemas que interessam realmente a nossa região e trabalhar para satisfazer as exigências fundamentais dos nossos povos».

## CINCO ARTIGOS ESTABELECEM BASES DE ENTENDIMENTO FUTURO

O acordo ontem assinado estabeleceu o princípio do respeito mútuo à soberania e integridade territorial, da igualdade soberana, da independência política e da inviolabilidade das fronteiras de todos os Estados».

Considera «os princípios internacionaismente consagrados do direito dos povos à autodeterminação e independência e o princípio de igualdade de direito de todos os povos», além da obrigação de todos os Estados de se absterem, nas relações internacionais, do uso da força ou ameaça de uso da força contra a integridade territorial ou independência política de qualquer Estado».

Ambos os Estados concordaram «na obrigação dos Estados de resolverem os conflitos por meios pacíficos e assim salvaguardarem a paz e a segurança internacionais e a justiça».

O acordo reconhece «que é da responsabilidade dos Estados não permitir que o seu território seja utilizado para a prática de actos de

guerra, agressão ou violência contra outros Estados», e refere que os dois países estão «conscientes da necessidade de promover um relacionamento de boa vizinhança com base nos princípios de igualdade de direitos e vantagens mútuas», «convictos de que as relações de boa vizinhança entre as duas altas partes contratantes contribuirão para a paz, segurança, estabilidade e progresso na África Austral, no continente e no mundo», os dois Estados firmaram um acordo, de cinco artigos.

O primeiro artigo diz que as duas partes se comprometem «a respeitar a soberania e independência da outra e deve, em cumprimento desta obrigação fundamental, abster-se de interferir nos assuntos internos da outra parte».

As duas partes comprometem-se no segundo artigo a resolver «os diferentes e disputas que surjam entre si e que possam pôr em perigo a paz e a segurança mútuas ou da região, através de negociação, inquéritos, mediação, conciliação, arbitragem e outros meios pacíficos, e obrigam-se a não recorrer individual ou colectivamente ao uso da força contra a soberania, integridade territorial e independência política de cada uma delas».

O «uso da força» foi entendido, no acordo como compreendendo «ataques por forças terrestres, aéreas ou marítimas, sabotagens, ou concentração injustificada de tais forças nas, ou junto das, fronteiras internacionais» das duas partes.

Os dois Estados comprometem-se a não apoiar «de qualquer forma, as forças armadas de qualquer Estado ou conjunto de

Estados que tenham sido mobilizados contra a soberania, território ou independência política da outra parte».

Não permitirão ainda os dois países, no quadro deste acordo, que os seus territórios, águas territoriais ou espaço aéreo sejam por qualquer forma utilizados «para levar a cabo actos de violência, terrorismo ou agressão contra a integridade territorial ou independência política» do outro Estado, ou que «possam ameaçar a segurança dos seus habitantes».

O acordo compromete as duas partes a impedir a organização nos respectivos territórios de forças não regulares ou bandas armadas, incluindo mercenários e a eliminar as bases, centros de treino, locais de guarda, alojamento e trânsito para os elementos que pretendam realizar actos agressivos.

O acordo proíbe também a instalação de centros de comunicações de telecomunicações, ou estações de radiodifusão que incluam emissões não oficiais ou clandestinas de elementos que levem a cabo actos contra o outro Estado.

Os dois países comprometem-se a impedir a realização de actos de rapto «e outras com vista a tornar reféns cidadãos de qualquer nacionalidade» no território da outra parte.

Moçambique e a África do Sul concordam também em tomar medidas para assegurar que a fronteira internacional comum «seja efectivamente patrulhada e que os postos de fronteira funcionem com eficiência para impedir a travessia ilegítima do território de uma das partes para o da outra».

São ainda proibidas as acções de propagação que incitem a guerra de agressão ou a actos de terrorismo e guerra civil nos territórios de ambos

os países.

As duas partes declaram não haver conflito entre os compromissos em tratados e obrigações internacionais e os decorrentes do presente acordo, comprometendo-se a realizar contactos periódicos para garantir a efectiva aplicação do mesmo.

Consideram ainda os dois estados que nenhuma disposição do acordo ontem firmado restringe o direito de autodifesa de cada uma das partes, em caso de ataques armados, «nos termos em que tal direito vem consagrado na carta das Nações Unidas».

O acordo prevê a designação de «representantes de nível elevado para integrar uma comissão conjunta de segurança, com o objectivo de supervisionar e controlar a aplicação» do mesmo, a qual deverá reunir regularmente, podendo ser convocada a título extraordinário sempre que as circunstâncias o exigirem.